



Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Hercules S.A – Fábrica de Talheres é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Tem por objeto a fabricação, comercialização de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hercules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

As ações Hercules S.A – Fábrica de Talheres são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – B3 sob os tickers HETA3 e HETA4.

2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules, entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 11) e debêntures a pagar (nota explicativa 12).

Em dezembro de 2020 a Administração da Companhia analisou detidamente a situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, entendeu por bem em migrar do parcelamento da Lei nº 9.964 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/2020, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

Ainda em dezembro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Transação Excepcional, prevista na Lei nº 13.988, de 14/04/2020, esse parcelamento possibilitou a Companhia parcelar quase a totalidade de passivo tributário em até 84 parcelas com descontos que chegaram a 43% da dívida.

O passivo tributário federal da Companhia, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos ou já quitados, continua sendo objeto do trabalho de constante revisão.

Este trabalho de revisão, busca a adequação da real e devida das obrigações tributárias, que compõem o saldo contábil/fiscal depois de analisada dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Na atual fase, já foram protocoladas petições específicas, que resultaram em redução já reconhecidas no total de R\$ 7.260,

Cabe destacar que a Companhia é detentora de direitos creditórios que poderão, no momento processual oportuno, quitar quaisquer débitos federais, vencidos ou vincendos.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A. Produtos de Consumo por meio de utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias. (nota explicativa 12).

A receita de vendas da Companhia corresponde ao licenciamento da marca Hercules de produtos da linha Gourmet, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos.

A Administração da Companhia vem trabalhando desde 2018 no processo de reposicionamento da Marca Hercules no mercado, os lançamentos de novos produtos, ações de marketing, consolidação no mercado de e-commerce e exportações, são os desafios a serem enfrentados pela Administração da Companhia para melhora dos resultados operacional.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, vem estudando opções para enfrentar os desafios e as obrigações assumidas conforme descrito acima, mas não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, com alterações pela Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09, pronunciamentos, orientações, interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b. Declaração de relevância

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 26 de março de 2021.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- i. Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 13 – Provisão para contingências.
Nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

3.1. Impactos do Covid-19

Em janeiro de 2020, a (OMS) - Organização Mundial de Saúde anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Corona vírus (Covid-19) originário da China na cidade de Wuhan, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade do vírus se espalhar globalmente, em março de 2020, a OMS classificou o surto de Covid-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

Em observância ao Ofício Circular da CVM Nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os efeitos da pandemia do Covid-19 nas informações trimestrais da Companhia, a Administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas informações.

Na data de emissão destas Informações contábeis, a Companhia não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

3.1.1 Medidas de assistência governamental

A Companhia adotou as medidas de assistência governamental concedidas pelo Governo Federal. Entre as medidas adotadas, a Companhia adotou a prorrogação nos prazos de entrega de obrigações acessórias, prorrogação nos prazos de pagamento de tributos federais. Os efeitos dessas medidas não impactaram significativamente as informações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

3.1.2 Instrumentos financeiros Contas a receber

Conforme orientações constantes no Ofício - Circular da CVM Nº 03/2020, a Companhia realizou revisão do risco de crédito para os instrumentos financeiros. As premissas utilizadas para a mensuração da perda esperada não foram alteradas em função do cenário de instabilidade. Não foram identificados impactos materiais na análise de crédito realizada em 31 de dezembro de 2020.

3.1.3 Outros ativos

A Companhia não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem o impairment de outros ativos financeiros.

3.1.4 Redução do valor recuperável (“impairment”)

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar impairment de seus ativos não financeiros. Não identificamos, nas unidades geradoras de caixa, indicativos de perda por impairment em 31 de dezembro de 2020.

3.1.5 Ativos diferidos

A Companhia não registra ativos diferidos sobre prejuízo fiscal em função da incerteza de realização em curto prazo. Os ativos diferidos não registrados estão informados na Nota explicativa 19, item (c).

3.1.6 Passivos contingentes e outras provisões

A Companhia não identificou contingências ou outras provisões que precisassem ser realizadas ou revisitadas decorrente dos impactos do Covid-19 para 31 de dezembro de 2020.

A administração informa que as demonstrações contábeis da Companhia não apresentaram impactos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em função do Covid-19, e continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas

4. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

- Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

- Valor justo por meio do Resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

ii. Mensuração

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

- Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

Nota explicativa 5 - Contas a receber de clientes

Nota explicativa 6 - Outras contas a receber

Nota explicativa 7 - Direitos creditórios

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável não se aplica em vista do saldo ser referente despesas sobre a marca Hercules.

b. Ativo intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício é revista a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

c. Receita operacional

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

d. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos da NBC TG 41 – Resultado por ação.

g. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

5. Clientes

O saldo de R\$ 1.143 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 360 dezembro de 2019) corresponde royalties a receber por licenciamento da marca e possui a seguinte composição por idade de vencimento:

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	2020	2019
A vencer até 30 dias	448	93
A vencer entre 31 e 90 dias	695	267
	1.143	360

6. Outras contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 529 (R\$ 530 em 31 de dezembro 2019) sendo R\$ 514 no não circulante, referem-se à aquisição créditos junto a Eletrobrás. Os valores a pagar foram reconhecidos conforme condições pactuadas e estão registradas no grupo de outras contas a pagar no total de R\$ 203 no circulante e R\$ 64 no não circulante.

7. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 6.567 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 6.193 em 31 de dezembro de 2019) atualizados pelo IPCA + 0,5% ao mês, referem-se aos direitos creditórios adquiriu em 2014 por meio de contrato de cessão,

oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, montante de R\$ 4.300, com deságio já registrado no resultado de R\$ 2.097.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogadas externos da Companhia, que apresentam parecer provável de realização bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

8. Depósito judicial

O saldo de 31 de dezembro de 2020 de R\$ 3.220(R\$ 2.385 em 31 de dezembro 2019) no não circulante, refere-se a depósito judicial tributário no valor de R\$ 3.214 e R\$ 6, trabalhista. Os valores de depósito judicial tributário estão atrelados a nota explicativa 11, item “b” e “c”, e serão convertidos, no momento oportuno, em redução deste passivo.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre partes relacionadas.

Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Os impactos das transações entre partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Mundial Distribuidora	ZHEPAR	Eberle Equipamentos e Processo	Total
Saldo em 2020						
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo ativo	-	-	-	-	-	-
Saldo passivo	13.034	2.966	-	109	2	16.111
Saldo em 2019						
Debêntures	324.582	-	-	-	-	324.582
Saldo ativo	-	-	176	-	-	176
Saldo passivo	11.911	2.966	-	109	-	14.986

Abaixo apresentamos as características:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Mundial S.A. Produtos de Consumo	Não remunerada	Indeterminado
Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo LTDA	Não remunerada	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações LTDA	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 12.

10. Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o saldo do intangível de R\$ 142, refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

11. Impostos e contribuições sociais

O passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	2020	2019
Programa de recuperação fiscal - REFIS (a)	-	14.165
Parcelamento Lei 13.998 14/04/2020 (b)	180.575	-
Outros parcelamento	-	34
Outros impostos (c)	43.563	38.203
	224.138	52.402
Passivo circulante	57.477	38.839
Obrigações fiscais federais	57.472	38.818
Obrigações fiscais municipais	5	21
Passivo não circulante	166.661	13.563
Obrigações fiscais federais	166.661	13.563
	224.138	52.402

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2021	13.914
2022	34.587
2023	34.587
2024 até 2027	97.487
Total	180.575
Impostos e contribuições	43.563
Total do passivo e passivo não circulante	224.138

a. Tributos e contribuições sociais - Programa de recuperação fiscal - (REFIS)

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calculava uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na melhor estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando no montante de R\$ 14.167 (R\$ 604 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). A Administração manteve o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados.

Em 31 de dezembro de 2020 a recomposição resultaria no valor de R\$ 338.486, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 325.012.

Existiam junto à Secretaria da Receita Federal, garantias na modalidade de arrolamento de bens, imóveis, máquinas e equipamentos da Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia vinha discutido através de medidas judiciais a sua manutenção no programa de parcelamento.

Em dezembro de 2020 a Administração da Companhia analisou detidamente a situação do passivo tributário consolidado no REFIS, e levando em consideração que a permanência da Companhia naquele parcelamento seguia dependendo das ações judiciais ainda pendentes de decisão definitiva, entendeu por bem em migrar

do parcelamento da Lei nº 9.964 (REFIS) para o parcelamento da Lei nº 13.988/2020, e solicitou a desistência das respectivas ações, impugnações ou recursos.

Após a desistência do referido parcelamento foram levantados os efeitos da reversão e os valores conciliados com a Receita Federal do Brasil e a PGFN - Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional.

Ainda em dezembro de 2020, a Administração da Companhia aderiu ao Parcelamento Transação Excepcional, prevista na Lei nº 13.988, de 14/04/2020 e a Portaria PGFN nº 14.402, de 16/06/2020, art. 9º, II, alínea "d" na modalidade "Demais Débitos" e "Débitos Previdenciários", de modo que parte dos débitos anteriormente consolidados no REFIS migraram para o referido parcelamento e o restante para o passivo de curto prazo. Os efeitos da reversão conciliação e reclassificação estão demonstrados a seguir:

Demonstrativo da reconciliação

Saldo contábil do parcelamento REFIS antes da desistência	14.167
Reversão do AVP - com efeitos no resultado	104.390
Diferença da atualização de TJLP para SELIC - com efeitos no resultado	188.556
Saldo consolidado com a RF e PGFN em 29/12/20	307.113

Reclassificação dos débitos

Saldo consolidado com a RF e PGFN em 12/2020	307.113
(-) Reparcelsados na Lei nº 13.988/20	(273.925)
(-) Reclassificados para impostos a recolher CP	(33.188)
Saldo após reclassificações	-

b. Parcelamento Transação Excepcional - Lei 13.988/20

Em 29 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia aprovou adesão programa de parcelamento de débitos federais conforme Lei 13.988/20 Transação Excepcional, de débitos inscritos na a PGFN - Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional, que possibilitou a inclusão em duas modalidades:

b.1 Modalidade demais débitos em 84 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 500, e o saldo em 72 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.300, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

b.2 Modalidade Previdenciária em 60 parcelas com abatimento de multas, juros e encargos, sendo as 12 primeiras parcelas no valor de R\$ 480, e o saldo em 48 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$ 1.583, atualizadas pela SELIC, sem exigência de garantias.

Os efeitos da adesão estão demonstrados a seguir:

Demonstrativo da consolidação Lei 13.988/20

Composição do parcelamento	Demais débitos	Previdenciário	Total 2020
Montante parcelado	149.968	143.869	293.837
Reduções permitidas - com efeitos no resultado	(50.389)	(62.152)	(112.541)
Pagamento inicial	(500)	(222)	(722)
Total	99.079	81.496	180.575

c. Outros Impostos

Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 43.563 registrados na rubrica outros impostos, corresponde a débitos gerados no mês e processos transferidos do extinto parcelamento REFIS, tais débitos serão objeto de futuras negociações de parcelamentos federais, a Companhia possui depósitos judiciais atrelados aos mesmos, conforme NE 8. Os efeitos da movimentação estão demonstrados a seguir:

Saldo CP antes da adesão ao parcelamento e reversão do REFIS	38.738
Reclassificados transferidos do REFIS	33.188
(-) Parcelados na Lei nº 13.988/20	(19.913)
(-) Reversão de débitos em duplicidade - com efeitos no resultado	(8.450)
Saldo em 2020	<u>43.563</u>

d. Revisão passivo tributário

A Companhia, mantém contínuo trabalho de diagnóstico e revisão do passivo tributário com o intuito de confirmar a possível existência de créditos a serem constituídos com base nas obrigações tributárias que compõem o saldo contábil/fiscal ou de exercícios anteriores, considerando o correto enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas em última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com uma consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir a dívida da Companhia.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade, decadência, prescrição e multas excedentes, perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 7.260, valores cujas baixas já foram deferidas e diretamente vinculados aos parcelamentos instituídos pelas Leis nº. 11.941/2009 e 9.964/99.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal). Estes valores serão reconhecidos à medida que se tornem provável de realização.

12. Debêntures a pagar

O saldo das debêntures a pagar em 2020 é de R\$ 324.582 (idem 2019) e possui as seguintes características: Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S.A – Produtos de Consumo, por meio da utilização de crédito da Mundial junto à a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia o penhor da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Em novembro de 2014 a Companhia enviou a Mundial S.A. o valor R\$ 84.369, através de transferência prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para que a mesma utilização no parcelamento da Lei nº. 13.043/2014, sendo esse valor utilizado para amortização de parte do saldo das debêntures.

Em novembro de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº. 13.496/2017, conforme mencionado na nota explicativa 11, o que resultou na reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa utilizados para a amortização das debêntures, conforme mencionado no parágrafo anterior, no montante de R\$ 19.944.

Trimestralmente, empresa independente fornece laudo de revisão do valor da marca Hercules, dada em garantia e laudo de capacidade de realização de pagamento dessas debêntures. O valor da marca dado em garantia corresponde a R\$ 284.806 (R\$ 297.472 em 2019). Os laudos efetuados por especialistas externos foram aprovados pela Diretoria da Companhia.

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo em 31 em dezembro de 2020 de R\$ 1.355 (R\$ 14 de dezembro de 2019) e considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.

Existem processos e obrigações cíveis, trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, nos montantes apresentados no quadro abaixo:

	2020	2019
Causas trabalhistas	19	19
Causas cíveis	-	1.209
	19	1.228

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social de R\$ 15.300, excluída a correção monetária de R\$ 7.509, está dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

ii. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

15. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2019 conforme o quadro abaixo:

Data	Histórico	Quantidade de ações ordinárias	Média ponderada de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Média ponderada de ações preferenciais
31/12/2020	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801
31/12/2019	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801
			2020	2019	
Resultado do período			(172.049)	3.436	
Média do período de ações ordinárias			171.198	171.198	
Média do período de ações preferenciais			338.801	338.801	
Resultado por ação ordinária básico e diluído			(337,3516)	6,7373	
Resultado por ação preferencial básico e diluído			(337,3516)	6,7373	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

16. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020	2019
Receita bruta de serviços	1.824	1.277
Impostos sobre serviços	(232)	(163)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(22)	(15)
Receita operacional líquida	1.570	1.099

17. Despesas por natureza

	2020	2019
Receitas e despesas por função		
Despesas administrativas	(1.636)	(360)
Outras despesas operacionais	(2)	1
Outras despesas extraordinárias (a)	(171.955)	-
	(173.593)	(359)
Despesas por natureza		
Serviços contratados com terceiros	(212)	(294)
Alienação de investimentos	-	(10)
Provisão de reclamatório civil	(1.356)	-
Outras despesas extraordinárias	(171.955)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(70)	(55)
	(173.593)	(359)

- a) Os valores registrados a rubrica outras despesas extraordinárias corresponde a desistência do parcelamento REFIS e adesão ao parcelamento transação, conforme nota explicativa 11.

18. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Atualização de diretos creditórios	374	266
	374	266
Despesas financeiras		
Despesas de giro	(4)	-
Outras despesas financeiras - atualização passivo tributário (a)	(397)	(791)
	(401)	(791)
Resultado financeiro	(27)	(525)

19. Imposto de renda e contribuição social - diferido

(a) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(172.330)	220
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	994	12
(-) Compensação de 30% dos Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	(70)
Base de cálculo ou prejuízo acumulado	(171.336)	162
Imposto de renda 15%	-	(23)
Contribuição social 9%	-	(14)
Total	-	(37)
Alíquota efetiva do imposto	0%	17%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1	3.258
Saldo final	1	3.221

(b) A Ativação do prejuízo fiscal e base negativa registrada em 2019 no valor de R\$ 3.258, corresponde ao complemento transferido a Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo, em função da adesão e consolidação ao Parcelamento da Lei 13.496/2017 – Programa Espacial de Regularização Tributária – PERT, tal parcelamento permitia quitar saldo de tributos federais com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa próprio ou de empresas do grupo

(c) A Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 109.657.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019
Clientes	1.143	360	1.143	360
Partes relacionadas ativas	-	176	-	176
Fornecedores	31	97	37	97
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	16.111	14.986	16.111	14.986

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019
Outras contas a receber	529	530	529	530
Direitos creditórios	6.567	6.193	6.567	6.193
Outras contas a pagar	589	764	589	764

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Em 31 dezembro de 2020 e 2019 o saldo de contas a receber de cliente corresponde a R\$ 1.143 e R\$ 360, respectivamente.

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o exercício de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 7.150 para responsabilidade civil e R\$ 44.600 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

* * * * *

Conselho de Administração

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Presidente

Wilson Vieira de Britto – Vice-Presidente

Marcelo Freitas Pereira – Conselheiro

Diretoria

Adolpho Vaz de Arruda Neto – Diretor Superintendente

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor Administrativo e Financeiro
e Diretor de Relações com Investidores

Júlio Cesar Câmara – Diretor Geral de Personal Care e Gourmet

Ivanês Grison Souto

TCCRC nº RS 084547/O-0 SSP